

A URBANIZAÇÃO COMO REFLEXO DO SUBDESENVOLVIMENTO

WALNEY MORAES SARMENTO
Dr. phil – pela Universidade de
Hannover – Alemanha Ocidental.
Professor Assistente do Dep. de
Sociologia da UFBA.

RESUMO

Tentativa de compreender o fenômeno da urbanização dentro do processo brasileiro de desenvolvimento. A urbanização é vista muito mais como um fato decorrente da incapacidade do campo de reter a sua população que, em busca de trabalho, se dirige às grandes cidades. A agricultura tradicional, de um lado, e a modernização das técnicas de produção no meio rural, de outro lado, são causas diferentes de um mesmo efeito: o êxodo rural. Tenta-se demonstrar, também, no artigo, a impossibilidade de existir um país desenvolvido, que seria o Centro-Sul, dentro de um contexto de subdesenvolvimento. A tentativa de dar-se uma definição do que é, mesmo, desenvolvimento é também levada a efeito. Longe de ser confundido com crescimento, modernização, etc., o desenvolvimento é encarado como amplo processo de transformação estrutural, destinado, inclusive, a encerrar uma das mais gritantes contradições do modelo brasileiro: aquela existente entre a estrutura de produção e a distribuição da renda. Outros defeitos do modelo, como a desnacionalização da economia brasileira e uma dependência cada vez maior das metrópoles, são igualmente discutidos. Tenta ainda apontar algumas medidas, políticas e econômicas, visando a superação do subdesenvolvimento.

1. CONFLITOS SOCIAIS E ÊXODO RURAL NO BRASIL

A tentativa de estabelecer-se uma relação de causa e efeito entre urbanização e subdesenvolvimento numa sociologia dos países do "Terceiro Mundo" esbarra, a nosso ver, numa série de dificuldades, pois as análises sobre esse fato, e nem precisa tratar-se de análise pretensiosa, demonstram que o fenômeno da urbanização no mundo subdesenvolvido nada mais é que um processo acelerado de crescimento urbano, motivado por um êxodo rural que cada vez mais se acentua. Esse êxodo explica-se, porém, não dentro de um contexto de industrialização, senão dentro de um emaranhado de tensões e movimentos sociais no interior do meio rural. Assim, as causas da urbanização nada teriam de ver com a industrialização ou com o "processo de desenvolvimento". A urbanização representa assim o resultado de tensões sociais dentro da sociedade global. Essas tensões vêm avolumando-se nos países capitalistas periféricos, com o rompimento parcial da estrutura social vigente na subsociedade rural, mediante, por exemplo, a introdução de formas capitalistas de produção em áreas típicas de economia de subsistência ou através da modernização das formas de produção, visando pura e simplesmente ao aumento da produtividade. O êxodo rural não é, portanto, causado pela crise na agricultura, mas por um maior grau de sofisticação dos meios de produção, isto é, pelo emprego no meio rural de uma tecnologia mais apurada, cada vez menos dependente de mão-de-obra, e que, por isso mesmo, tende a liberá-la em crescente volume.

Conflitos pela posse da terra, tão comuns em países como o Brasil, e nos quais o pequeno lavrador aparece como vítima indefesa e praticamente sem direito, traduções de terras, que antes não tinham grande valor, passam a tê-lo em razão da necessidade de expandir a plantação de determinados produtos agrícolas, geralmente voltados para a exportação, ou ainda quando essas terras se valorizam devido à implantação de infra-estrutura por parte do poder público, nas imediações dos rios é a expulsão pura e simples dos posseiros e camponeses. Esses conflitos contudo não são novos e identificam-se com a própria história da expansão agrícola no Brasil¹.

Daí a questão que apresentamos em nossa tese de doutorado apresentado à Universidade de Hannover (Alemanha Ocidental), *Zuwanderer in Brasilien – von der landflucht zur integration in die stadt*: se a causa da urbanização – ou do êxodo

¹VINHAS, M. *Problemas Agrário-camponeses do Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro, 1972. p.95. Vinhas lembra que esses conflitos já datam da época colonial. Fugitivos da escravidão, que se dirigiam para o Sertão ou para as florestas, foram os primeiros a ocupar e trabalhar terras virgens. Celso Furtado aponta ainda a expulsão de camponeses no Vale do Paraíba, durante a expansão do plantio de café, como outro exemplo histórico (vide FURTADO, Celso. *Análise do Modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, 1973. p.98).

rural – deveria ser procurada na força de atração da cidade ou na incapacidade do campo de reter sua população, isto é de gerar emprego ou ocupação, com a finalidade de oferecer condições de sobrevivência à gente rural².

Mas não é somente na luta entre posseiros e pretensos proprietários, ou na simples modernização da agricultura, que devemos procurar as causas do êxodo rural. O Brasil, como país capitalista periférico, submete-se às exigências do mercado consumidor internacional. A maior ou menor procura de determinados produtos ocasionará um recuo ou impulso na produção desse ou daquele bem agrícola, o que levará seja a uma situação de euforia ou de crise no setor. Com outras palavras: a sorte da agricultura nos países subdesenvolvidos depende em muito da especulação no mercado internacional.

No caso específico do Nordeste, foi a expansão do setor canavieiro, depois do bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba, após o triunfo da Revolução, que determinou a expulsão dos moradores e a sua "proletarização"³. A situação aí é distinta da luta entre posseiros e grileiros, porque no caso da lavoura canavieira o êxodo se dá numa grande propriedade tradicional e neste caso poderíamos mencionar como causa das migrações os conflitos entre proprietários e moradores, motivados pelo interesse daqueles de expandir a lavoura da cana às custas das terras ocupadas por esses e voltadas para a economia de subsistência. A expressão "luta de classes" seria talvez imprópria para designar essas disputas, sobretudo porque faltaria, quando nada aos moradores e outras categorias rurais, uma consciência de classe. Conflitos sociais seria assim uma expressão mais adequada para uma tentativa de compreensão desses problemas.

Como Vinhas salienta, a exploração de outras camadas rurais pelos grandes proprietários é uma característica das relações de trabalho no meio rural⁴. Essa constatação é plenamente válida, também, para o Nordeste brasileiro. É o que pode ser visto nas décadas de 50 e de 60 em consequência da conjuntura mundial. A liberação da mão-de-obra no campo deveu-se à expansão da lavoura da cana-de-açúcar, sem que houvesse aumento da produtividade, mas simplesmente às custas da incorporação de novas extensões de terra, antes em poder dos camponeses. Assim o êxodo rural não se explica por fenômenos naturais, como as secas, mas dentro de uma estrutura social que esmaga os menos privilegiados.

Proletarizados, os trabalhadores rurais passaram a receber salários ínfimos, com os quais não poderiam viver. Como observa Celso Furtado, seria necessário uma elevação real do salário para que os antigos moradores pudessem comprar o que eles antes produziam⁵, situação diferente das vividas entre 1930 e 1940, quando o

²SARMENTO, Walney. *Zuwanderer in Brasilien – von der Landflucht zur Integration in die Stadt*. Hannover, 1979. p.9 et seq.

³v. também: ibid. p. 150. Sobre os efeitos da "proletarização" dos antigos moradores, consulte: FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1964. p.144.

⁴VINHAS, op. cit. nota 1, p.86 et seq.

⁵FURTADO, op. cit. nota 3, p.144.

preço do açúcar não era compensador e os proprietários arrendaram a terra aos camponeses, que produziam frutas e legumes. Com isso, eram abastecidos os grandes centros regionais. O proprietário, residindo na cidade, deixava em seu lugar um feitor, que cuidava da administração da fazenda⁶.

Entre 1950 e 1960 a urbanização do Nordeste atingiu as suas taxas mais elevadas. Poderia este fenômeno ser explicado por um insucesso na agricultura regional, que condicionaria o êxodo rural? A resposta a essa pergunta é negativa porque a economia agrária nordestina experimentou no correr da década de 50 um impulso dos mais consideráveis. O seu crescimento situou-se em mais ou menos 6,1% ao ano, enquanto a sua população crescia 2,2%, como informa Barros de Castro⁷. Por outro lado, não houve neste período grandes investimentos no setor industrial nordestino que pudessem justificar um aceleração no processo de urbanização.

Defendemos, portanto, a tese de que, longe de haver uma atração da cidade, que pelo seu processo de industrialização geraria empregos suficientes para a absorção dos migrantes rurais, as causas do êxodo rural estariam numa estrutura agrária ora tradicionalmente organizada, ora tão violentamente modificada como no caso da usurpação das pequenas propriedades por empresas agrícolas ou agropecuárias. A penetração capitalista no campo, ao invés de expandir o mercado de trabalho, leva-o a uma racionalização. O caso das migrações para Salvador ajuda a compreender essa situação.

No caso específico dos migrantes que chegam à cidade do Salvador, eles procedem em maior número do Recôncavo (35,3%), da Grande Salvador (9,4%) e da Microrregião de Feira de Santana (8,2%)⁸, áreas que experimentam tanto uma reforma mais ou menos rápida na sua estrutura agrária — através da exploração do petróleo, por exemplo, o que levou à desapropriação de várias unidades agrícolas — como ainda são palco de métodos retrógrados de produção, como é o caso da lavoura fumageira.

Mas não apenas no que respeita a essas três microrregiões, como ainda para todo o Estado, as causas apontadas para as migrações foram fortemente econômicas, isto é, 48,7% das pessoas entrevistadas apontaram a busca de trabalho como motivo das migrações. Tomando-se os homens isoladamente, esta constatação se acentua: a causa principal da mobilidade foi predominantemente econômica, porquanto 65,9% dos homens entrevistados chegaram a Salvador em busca de trabalho⁹. Essa observação sobre a motivação econômica das migrações rural-urbanas pode ser vista

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, 1963. p.243.

⁷ CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, 1975. v.2, p.168. Compare-se com PATRICK, George. *Desenvolvimento Agrícola no Nordeste*. Rio de Janeiro, 1972. p.43, 44, onde ele sublinha que o crescimento agrícola do Nordeste entre 1948/1969 alcançou a taxa média de 5% ao ano.

⁸ SARMENTO, op. cit. nota 2, p.122.

⁹ SARMENTO, op. cit. nota 2, p.130.

em vários autores. Albrecht, por exemplo, aponta para o êxodo rural, depois de analisar os resultados de diversos pesquisadores, causas de natureza puramente econômica¹⁰. Roder vê nas disparidades regionais, na existência de diferenças de níveis sociais e econômicos, as causas das migrações, como reação contra a distribuição desigual de oportunidades¹¹. Pesquisas realizadas no Nordeste comprovam que é na estrutura da sociedade rural onde devemos procurar as causas das migrações (vejam-se por exemplo trabalhos de Levy Cruz, *As migrações para o Recife*, Recife 1961, ou de Fernando A. Gonçalves, *Condições de vida do trabalhador rural na Zona da Mata do Estado de Pernambuco*, Recife 1966).

Somos, portanto, de opinião que a tentativa de se estabelecer uma relação positiva entre urbanização e desenvolvimento parece-nos muito discutível¹². A urbanização brasileira é muito mais um reflexo do aprofundamento do subdesenvolvimento que o resultado de um processo de desenvolvimento. Evidência disso é exatamente o agravamento das condições sócio-econômicas das grandes cidades brasileiras, mesmo em São Paulo ou Rio de Janeiro, coração do milagre brasileiro de desenvolvimento econômico. A urbanização não se deixa acompanhar por uma elevação dos padrões de vida das cidades. Para ilustrar essa afirmativa poderíamos lembrar os trabalhos de Teotônio dos Santos, como *Stabilität auf stelten — krise des brasilianischen "Wirtschaftswunders"*, 1977, ou *The crisis of the brazilian miracle*, Toronto 1977, ou os de Janice Perlman, *O mito da marginalidade*, Rio de Janeiro 1977, ou *Methodological notes on complex survey research involving life history data*, Berkeley 1974.

2. O NORDESTE E AS MIGRAÇÕES INTERNAS

No caso específico do Nordeste pode-se dizer que essa região é reconhecida, até oficialmente, como área problema do Brasil. Assim, o fluxo de nordestinos para as grandes cidades, como Rio de Janeiro ou São Paulo, seria responsável pela formação de invasões nessas cidades. No entanto, os dados oficiais comprovam que, ao lado dos nordestinos, estão os mineiros e capixabas a engrossar as fileiras dos retirantes. Em 1950, 48,62% dos migrantes residentes em São Paulo eram originários de Minas Gerais-Espírito Santo, isto é, da própria região Sudeste, enquanto os nordestinos perfaziam 35,87%. Em 1970, reduz-se a participação mineiro-capixaba para 37,71% cifra, portanto, ainda bem expressiva, enquanto os nordestinos elevam

¹⁰ ALBRECHT, Guenter. *Soziologie der geographischen Mobilität*. Stuttgart 1972. p.47 et seq.
¹¹ v. Horst Roeder. *Ursachen, Erscheinungsformen und Folgen regionaler Mobilität*. Muenster, 1974, pág. 1.

¹² Representantes dessa tendência que vê uma relação positiva entre urbanização e desenvolvimento são, por exemplo, Yu Lohg Kiang. *Determinants of Migration from Rural Areas — A Case Study of Taiwan*. Saarbruecken, 1975. ou COSTA, Manuel Augusto, *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, 1975.

a sua participação para 45,91%¹³. Analisando-se, contudo, o fluxo para o Rio de Janeiro, verificamos que a participação de mineiros e capixabas é ainda mais intensa. Em 1950, 51,92% dos migrantes moradores do Rio de Janeiro provinham de Minas Gerais-Espírito Santo, ao passo que os nordestinos representavam 30,29%. Em 1970 a composição era outra. Como em São Paulo, reduz-se a participação mineiro-capixaba, que cai para 45,05%, e aumenta a nordestina para 42,79%, quase alcançando a quota dos primeiros¹⁴.

Outro dado revelador da fraqueza da Região Sudeste, apresentada, talvez, como área desenvolvida, é a composição demográfica das favelas paulistas. Cerca de 45% dos favelados de São Paulo são oriundos do próprio Estado. O segundo contingente é constituído por mineiros¹⁵.

Essas informações servem quando nada para ajudar a desmascarar o mito da urbanização como conseqüência de um processo de desenvolvimento que o Brasil atravessaria, processo esse que sequer atinge a maior parte da população da área do Brasil "desenvolvido", o Sudeste. O crescimento de Belo Horizonte e a redução, mesmo em termos absolutos, da população rural do Estado de Minas Gerais¹⁶ ajudam a desmascarar esse mito, pois as condições de vida da maioria da população nessa cidade, a exemplo das demais cidades brasileiras, são das mais precárias¹⁷. Então, longe de ser o Nordeste a única "vergonha" nacional — essa região é, sem dúvida, carente não só de investimentos, mas igualmente de uma reforma agrária — o Sudeste mostra também as suas contradições, pois os benefícios oriundos de investimentos aí feitos fluem para poucas mãos.

Há, contudo, algo a acentuar na análise do processo migratório brasileiro. É o aumento da presença nordestina no êxodo para São Paulo ou Rio de Janeiro, como a comprovar o aprofundamento das disparidades regionais nos últimos anos. Isso nos leva à discussão do modelo brasileiro de desenvolvimento e até que ponto a prática desse modelo conduz ao agravamento do desequilíbrio nas relações regionais no Brasil. No particular, isto é, em relação à sua influência sobre o processo migratório, ele se caracteriza pela concentração da maior parte dos investimentos em determinadas regiões brasileiras. Os migrantes correm para os "pólos de desenvolvimento", que, em realidade, assumem um outro papel no processo de desenvolvimento.

¹³SARMENTO, op. cit. nota 2, p.46.

¹⁴SARMENTO, op. cit. nota 2, p.56.

¹⁵v. TASCHNER, Suzanna. Favelas no Município de São Paulo; resultados de Pesquisa, In: *A Luta pelo Espaço* — textos de Sociologia Urbana. Petrópolis, 1978. p.125 et seq.

¹⁶FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — 1970*. Rio de Janeiro, p.41-87.

¹⁷Exemplo disso é a alta taxa de mortalidade infantil em Belo Horizonte: 124,8% em 1973, 96,0% em 1974 e 115,0% em 1975, só superadas, entre as maiores cidades brasileiras, pelas de Recife (256,4% em 1974, contra 178,4% em 1972. V. F. IBGE, Anuário Estatístico 1978, p.133)

Na verdade os "pólos" econômicos nem dinamizam nem levam o desenvolvimento à maior parte do território brasileiro. Num típico lance de imperialismo interno, os pólos capitalizam para si as possíveis vantagens do desenvolvimento, sufocando as demais regiões não privilegiadas por grandes investimentos¹⁸. Os "pólos" de desenvolvimento são ainda verdadeiras "filiais" do capitalismo internacional, pois são preparados, pelo menos no que respeita à infra-estrutura, para o recebimento de inversões oriundas das metrópoles e funcionam como suas verdadeiras agências.

Um "pólo" de desenvolvimento é, em muitos sentidos, uma réplica de sua matriz. É um autêntico enclave, modernizado mas não desenvolvido, resultante de uma política de investimento dos grandes cartéis internacionais, dentro de certas regras do jogo da divisão internacional do trabalho. É o capital buscando rentabilidade¹⁹. No caso brasileiro pergunta-se então quem se beneficia desse modelo, ou a que parcelas da população interessa a sua prática. Para entendermos melhor essa questão passemos a uma análise, ainda que sumária, do modelo brasileiro de desenvolvimento.

3. O MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Não se deve na realidade falar de um processo de desenvolvimento. O modelo brasileiro de desenvolvimento deixa-se caracterizar por um simples crescimento econômico em determinados ramos da economia, como na produção de bens de consumo duráveis²⁰.

O mais notável traço do modelo brasileiro de desenvolvimento encontra-se na contradição entre a estrutura de produção e a distribuição de renda. Com outras palavras: de um lado verifica-se uma elevada taxa de crescimento econômico; de outro lado constata-se um processo de empobrecimento da maioria da população²¹. O modelo brasileiro de desenvolvimento favorece, então, a uma minoria, que absorve os êxitos da política econômica do governo central. Essa política apoia-se na exploração da classe operária, cujo salário real tende cada vez mais à desvalorização²², dentro da tendência de uma concentração constante da renda.

¹⁸Compare-se com SENGHAAS, Dieter. *Weltwirtschaftsordnung und Entwicklungspolitik — Plaedoyer fuer Diskussion*. Frankfurt, 1977. p.118 et seq.

¹⁹v. SENGHAAS, op. cit. v. também GASA, Olaf & HASSE, Christa. *Veraenderung der Weltarbeitsteilung und ihre Auswirkung auf die Entwicklung Brasiliens — unter der Beruecksichtigung der Analyse Ernest Mandels*. Hannover, 1977. p.119 et seq.

²⁰GASA & HASSE, op. cit. p.119 et seq.; SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. Rio de Janeiro, 1977. p.54 et seq.

²¹SENGHAAS, op. cit., nota 18, p. 129 et seq.

²²HURTIENNE, Thomas. Zur Entstehungsgeschichte, Struktur und Krise des brasilianischen Modells. In: *Lateinamerika I*. Berlim, 1977. p.81.

Nós podemos datar o começo desse modelo mais ou menos no ano de 1955, quando o Presidente Juscelino Kubitschek tomou posse. Isso significou o fim do modelo nacional de desenvolvimento, uma fase na qual o desenvolvimento brasileiro foi auto-dirigido. Com a introdução do desenvolvimento associado começou o período de uma nova estrutura de acumulação, baseada em crescentes investimentos de capitais estrangeiros.

O interesse das grandes empresas residia no fato de que o Brasil possui — em comparação com outros países latino-americanos — um mercado de consumo relativamente largo. Além disso, os salários baixos, os incentivos fiscais, o sistema de financiamento posto à disposição dos empresários estrangeiros, puderam ajudar a inaugurar uma nova era econômica no Brasil. “As empresas estrangeiras, que se estabeleceram no Brasil na Era Kubitschek”, diz Hurtienne, puderam, com meios próprios relativamente reduzidos, oriundos dos Centros, (cerca de 20% do financiamento total) controlar, em curto espaço de tempo, os ramos da economia (indústria automobilística, indústria de eletrodomésticos e química), cuja futura expansão em grande parte resultava de reinvestimentos e de obtenção de créditos locais. O investimento líquido do capital estrangeiro compõe-se então apenas da transferência de tecnologia e nunca — como na maioria das vezes se afirma — da complementação de poupanças internas²³.

A aplicação desse modelo não foi contudo de todo indiscutível. No Governo Quadros-Goulart esboçou-se uma reação contra a desnacionalização da economia brasileira (1961/1964). O desenvolvimento de um movimento popular nacionalista pôs em perigo a continuação desse modelo. A imprensa vinculada a interesses das forças imperialistas denuncia a preparação de uma revolução comunista. As Forças Armadas intervêm no campo político.

Em estreita conotação com o modelo de desenvolvimento associado aparece, em vários países da América Latina, o Estado Militar. Ele decorre da necessidade de garantir estabilidade política, indispensável para a continuação do fluxo de capitais estrangeiros. A tomada do poder pelas Forças Armadas, nesses países, significa o preenchimento de um vácuo, que a classe política não logrou empreender. Não se trata mais de uma ditadura pessoal, mas sim, das Forças Armadas como instituição²⁴.

A manutenção da ordem, que deve ser alcançada pelo governo militar, caracteriza-se como um dos objetivos fundamentais do modelo e significa sobretudo a proteção ao capital monopolista investido, cuja reprodução deve ser garantida a qualquer preço.

Uma aliança, porém, entre militares e a burguesia só é possível com a condição de que essa última tire proveito do “milagre econômico”. O mesmo pode ser dito de uma aliança entre a burguesia brasileira e os monopólios internacionais.

²³ HURTIENNE, op. cit., p. 76.

²⁴ SADER, Emir. *Der Militaerstaat*. In: *Lateinamerika*, Berlin, 1977. p.102.

Planejamento. Salvador, 7(3/4):261-273, jul./dez., 1979.

Agora se pergunta por que o modelo brasileiro de desenvolvimento fracassou. Esse fracasso não pode ser atribuído à crise do petróleo de 1973. A estrutura de produção da indústria no Brasil volta-se para uma pequena parcela da população, capaz de consumir os bens de consumo duráveis lançados ao mercado, principalmente a produção de automóveis e de aparelhos eletrodomésticos.

Além do mais, o modelo brasileiro de desenvolvimento, como é praticado, é extremamente dependente do setor de importação. Quanto mais se tem a produzir no país, tanto maior a necessidade de importar bens de capital. Como consequência desse mecanismo podemos lembrar o processo, sempre crescente, de endividamento do Brasil²⁵.

Por outro lado, pode-se ainda salientar que a miséria crescente da maior parte da população freia a produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos e roupas, enquanto a produção de automóveis subia rapidamente durante a fase do milagre. Depois de 1975 esse setor também foi atingido pela recessão econômica. A forte tendência à concentração da renda certamente contribuiu para uma saturação quanto ao consumo nas camadas mais privilegiadas da sociedade, impedindo a expansão da produção. Com outras palavras: apesar da alta renda “per capita” das classes superiores, o consumo de produtos industriais não pôde expandir-se, o que conduziu a produção industrial a um beco sem saída²⁶.

O fracasso do modelo deve ser então procurado em suas próprias contradições internas. A simples substituição da predominância de capitais estrangeiros por capitais nacionais não parece ser uma solução para tal impasse em que se encontra a economia brasileira. Qualquer modelo de desenvolvimento praticado pela burguesia seria controvertido. Esse modelo poderia, é verdade, impedir, talvez, elevadas transferências de lucro. As contradições internas do desenvolvimento capitalista — como, por exemplo, a exploração da classe obreira — não seriam evitadas ou superadas. Uma aliança entre a burguesia e uma classe operária urbana em formação mostra-se precária e incerta. A simples ampliação do mercado interno, conforme exigência de setores da burguesia, não conduz a modificações de natureza profunda no modelo brasileiro de desenvolvimento, porque, no máximo, a ampliação do mercado interno serviria apenas para atenuar o processo de concentração de renda, sem que paralelamente a isso a estrutura do sistema capitalista venha a sofrer alguma transformação. Assim, a dinamização do mercado interno aparece meramente como uma medida de pouco alcance, que, na verdade, visa à salvação do próprio modelo, tentativa que é de ganhar mais clientes para um sistema, sem porém buscar mudança de caráter estrutural.

A superação desse modelo — que não é nem modelo, nem milagre — depende igualmente de uma atitude política, isto é, de uma reação organizada contra seus objetivos (como, por exemplo, o de garantir mais lucros e maior expansão das

²⁵ HURTIENNE, op. cit., p.86.

²⁶ SINGER, Paul. *O Milagre Brasileiro, causas e conseqüências*. S. Paulo, 1972. 65 et seq.

Planejamento. Salvador, 7(3/4):261-273, jul./dez., 1979.

empresas às custas dos baixíssimos salários pagos aos trabalhadores). Mas essa reação não é apenas das classes trabalhadoras. É também uma luta do empresariado nacional que não se associou ao estrangeiro, ou que ainda não foi engolido por ele.

Tal resistência pode significar uma contribuição razoável em direção a uma mudança nesse modelo, ou melhor, por sua substituição por outro, cujo objetivo seja, de fato, o desenvolvimento, desenvolvimento que, antes de mais nada, signifique a ascensão social daquelas camadas da população mais oprimidas. Um modelo de desenvolvimento, portanto, que não veja no êxodo rural uma necessidade e que deixe de falar das migrações campo-cidade como uma inevitabilidade dentro do "processo brasileiro de desenvolvimento". O êxodo rural é "inevitável" porque ele representa mão-de-obra barata à disposição dos empresários, ainda que não qualificada. O aperfeiçoamento dos aparatos de controle social, visando a conter a insatisfação das camadas mais humildes da população, é outra característica do modelo vigente, que tem na industrialização a sua grande meta, industrialização essa que não pode ser confundida com o processo de desenvolvimento, conforme tentaremos mostrar a seguir.

4. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Entendemos por desenvolvimento muito mais que o melhoramento de certas variáveis econômicas, como, por exemplo, a elevação do Produto Social Bruto ou do crescimento industrial²⁷.

Desenvolvimento não equivale pura e simplesmente a crescimento econômico. A simples elevação da renda "per capita" não significa que as vantagens decorrentes do crescimento econômico atinjam a maior parte da população. Às vezes o aumento da renda "per capita" é acompanhado de um maior desemprego e acentuação da miséria da população²⁸.

Os países em desenvolvimento são comparados com os países desenvolvidos, para fins de conceituação. O conceito de desenvolvimento é, portanto, relativo. Isso quer dizer que na divisão internacional do trabalho muitos países desempenham o papel de exportadores de produtos agrícolas ou minerais. Alguns países subdesenvolvidos são, porém, meio-industrializados (suas indústrias de transformação contri-

²⁷ Compare-se com GASA & HASSE, op. cit., nota 19.

²⁸ Compare-se com SEERS, Dudley. Was heisst "Entwicklung"? In: SENGHAAS, Dieter, ed. *Peripherer Kapitalismus, Analysen ueber Abhaengigkeit und Unterentwicklung*. Frankfurt, 1974. p.43. Ver também pág. 48, onde ele assim se expressa sobre essa questão: "É mesmo possível que, caso hajam dados disponíveis, se possa constatar uma relação direta entre crescimento econômico, aumento do desemprego e aprofundamento das desigualdades. Se isso é de fato verdadeiro, então existiria uma correlação negativa entre crescimento e desenvolvimento".

buem com cerca de 20% do Produto Social Bruto). Seus processos de industrialização derivam, contudo, de investimentos de grandes grupos, que são atraídos pelos países do "Terceiro Mundo" por causa de baixos salários af dominantes²⁹.

O rápido processo de urbanização não pode, também, ser interpretado como uma prova de desenvolvimento, como certos autores recomendam³⁰. As altas taxas de urbanização dos países subdesenvolvidos são facilmente constatáveis e nada têm a ver com o processo de industrialização. Elas denunciam muito mais a incapacidade do meio rural de reter a sua população, que a força de atração da cidade. Dentro desse contexto podemos, sim, falar do desenvolvimento do subdesenvolvimento³¹.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento caracteriza-se no plano externo pela continuação de relações neo-coloniais. No plano interno revela-nos primeiramente a discrepância entre as mais diversas camadas da população em relação, por exemplo, à renda "per capita".

O desenvolvimento deve ser interpretado dentro de uma dimensão histórica. A história da América Latina nos aponta que esse continente, no curso de sua formação, se submeteu a diferentes senhores metropolitanos. No plano internacional, subdesenvolvimento significa uma forma de relações políticas e sócio-econômicas através das quais os países metropolitanos tiram proveito do "Terceiro Mundo". Antigamente como simples colônia, quando o saque de suas riquezas agrícolas e naturais através das metrópoles sobressaía-se como o traço mais notável desse período. Hoje em dia fala-se neocolonialismo. A exploração de matérias-primas prossegue em vários países imutável como nos tempos coloniais. Por outro lado, as relações entre metrópole e periferia tomam um outro rumo: os investimentos no ramo industrial, com a finalidade de dominar a produção industrial de um dado país, quando nada em determinados ramos (indústria automobilística, de eletrodomésticos, entre outros).

A importação de tecnologia, por parte dos países subdesenvolvidos, aparece como parte essencial desse processo, o que conduz a uma dependência cada vez maior das formas de produção do "Terceiro Mundo" em relação aos países senhores. Em causa, em medida crescente, o aprofundamento da dependência dos países subde-

²⁹ SCHOELLER, Wolfgang. Unterentwicklung und ungleicher Tausch auf dem Weltmarkt. In: TIBI, Bassam & BRANDES, Wolkhard, ed. *Handbuch 2, Unterentwicklung*. Frankfurt - Colônia, 1975. p.175.

³⁰ Como, por exemplo, na publicação da ONU/CEPAL. *América Latina y la Estrategia Internacional de Desarrollo*: primera evaluación regional. Santiago do Chile, 1973.

³¹ A respeito do conceito do desenvolvimento do subdesenvolvimento leia-se o trabalho de FRANK, Andrew. O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento, In: *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1959. p.25 et. seq.

envolvidos perante as nações industrializadas³². O processo constante de endividamento dos países periféricos confirma esse fato. Além disso o fosso entre Norte e Sul cresce ininterruptamente³³. Isso indica que dentro do sistema capitalista mundial nenhuma solução para o desenvolvimento se encontra em pauta.

No plano interno pode-se constatar que o processo de desenvolvimento no "Terceiro Mundo" beneficia somente uma minoria da população. Um processo acelerado de empobrecimento da maior parte das camadas sociais está presente em vários países em "desenvolvimento"³⁴.

Dentro desse contexto destaca-se, também, a concentração do poder em poucas mãos: "Em primeiro lugar", diz Weisskopf, deve ser mencionado que os países pobres possuem uma estrutura típica de classes, em que o poder se concentra claramente em uma pequena elite. A essa elite pertencem as classes cujo poder se origina do setor tradicional da sociedade e que formam, desde longo tempo, uma aristocracia: grandes proprietários, comerciantes abastados e outros grupos de elite pré-capitalistas... Por outro lado incluem-se também nessa elite novas camadas sociais, cuja posição excepcional na sociedade se deve ao crescimento do setor moderno e à proclamação da independência política: burgueses, nos quais se incluem estrangeiros estabelecidos no país e a burguesia nacional emergente..., profissionais liberais, burocratas e oficiais..."³⁵.

Desequilíbrios regionais podem também ser invocados como sintomas do subdesenvolvimento. O dualismo econômico decorre dos investimentos em determinadas regiões onde haja ocorrências e exploração de matérias-primas, ou em centros urbanos orientados para a economia exterior, isto é, os sub-centros do imperialismo.

A superação dessa situação, isto é, do subdesenvolvimento, depende de medidas de caráter político: depende, com outras palavras, de uma reorientação do modelo político vigente, ou de uma mudança no poder. Só assim é possível colocar os países do "Terceiro Mundo" na trilha do desenvolvimento, pois os projetos burgueses em prática (na América Latina, por exemplo) falharam. Por outro lado, os grupos sociais que estão no poder nos países periféricos são de tal forma compro-

³² Leia-se a esse respeito um trabalho bem interessante, Die neue internationale Arbeitsteilung; de Folker Froebel, Juergen Heinrichs e Otto Kreye, em que os autores analisam, minuciosamente novas tendências internacionais da industrialização no mundo capitalista (Hamburg 1977). Veja-se também QUIJANO, Anibal. *Marginaler Pol der Wirtschaft und marginalisierte Arbeitskraft*. Frankfurt, 1974. p.299 et seq.

³³ Compare-se com Dieter Senghaas. *Elemente einer Theorie des peripheren Kapitalismus*, In: SENGHAAS, Dieter. ed. op. cit., nota 28, p.7.

³⁴ NICKEL, Herbert. *Unterentwicklung als Marginalitaet in Lateinamerika*. Munique, 1973 p.XXII.

³⁵ WEISSKOPF, Thomas E. *Kapitalismus, Unterentwicklung und die Zukunft der armen Laender*. In: D. Senghaas, op. cit., p.170.

metidos com o capital internacional que não lhes cabe, nem lhes pode caber, nenhum papel na luta pelo desenvolvimento, luta essa que se caracteriza por uma tomada de posição contra o imperialismo e pela promoção de uma justiça interna.

Só assim seria válido pensar-se numa reforma agrária, ou numa "interiorização" como um processo de desurbanização, isto é, como um processo mesmo de fixação do homem rural ao seu meio, reservando-se à agricultura um papel de maior destaque no desenvolvimento. Assim, o homem rural passaria a ser um homem produtor, para si e para sua família, e não um componente a mais do "exército de reserva", ao lado, aliás, da grande maioria da população urbana, igualmente marginalizada num processo de crescimento capitalista.